

JORNAL da



MATO GROSSO

PUBLICAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL MATO GROSSO | NÚMERO 0067 | FEVEREIRO-2019 - www.oabmt.org.br



Conselho Pleno realiza primeira sessão e apresenta demandas ao Judiciário

Página - 6



OAB-MT entrega ao TJ abaixo-assinado com mais de 4,2 mil pedidos por climatização do Fórum de Cuiabá

Página - 07



Mais de 200 participam de desagravo por desrespeito a advogada em Sinop

Página - 8

Ordem reafirma necessidade de Exame como garantia social

Página - 3

TRANSFER OAB-TJ

MAIS UM BENEFÍCIO PARA A ADVOCACIA



Advocacia tem comodidade de transfer da OAB ao TJMT a cada 30 minutos

Página - 15

Colégio prepara tesoureiros para qualidade de gestão do Sistema OAB-MT

Página - 4

Presidente

Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente

Gisela Alves Cardoso

Secretário-Geral

Flávio José Ferreira

Secretário-Geral Adjunto

Fernando Augusto Vieira de Figueiredo

Diretor Tesoureiro

Helmut Flávio Preza Daltro

Conselheiros Federais

Felipe Matheus de França Guerra
 Joaquim Felipe Spadoni
 Ulisses Rabaneda dos Santos
 Ana Carolina Naves Dias Barchet
 Duílio Piato Junior
 José Carlos de Oliveira Guimarães Junior

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
 Ana Laura Pereira
 Aleandra Francisca de Souza
 Antonio Luiz Ferreira da Silva
 Claudia Pereira Negrão
 Claudio José de Assis Filho
 Daniele Izaura da Silva Cavalari Rezende
 Dauto Barbosa Castro Passare
 Diego Gutierrez de Melo
 Edmar de Jesus Rodrigues

Fabio Luis de Mello Oliveira
 Fabíola Cássia de Noronha Sampaio
 Felipe de Oliveira Santos
 Hélio Udson Oliveira Ramos
 Hélio Machado da Costa Júnior
 Hélio Nishiyama
 Henei Rodrigo Berti Casagrande
 João Mário Silva Maldonado
 José Eduardo Polisel Gonçalves
 José Patrocínio de Brito Junior
 José Sebastião de Campos Sobrinho
 Julierme Romero
 Kleiton Araújo de Carvalho
 Leonardo André da Mata
 Luis Felipe Oliveira de Oliveira
 Marina Ignotti Faiad
 Mauro Paulo Galera Mari
 Pedro Martins Verão
 Roberta Vieira Borges Felix
 Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
 Ronaldo Bezerra dos Santos
 Samir Hammoud
 Adriana Paula Tanssini Rodrigues Silva
 Alfredo José de Oliveira Gonzaga
 Alino Sena Rodrigues
 Arnaldo Rauen Delpizo
 Bruna Ergang da Silva
 Bruno de Castro Silveira
 Christian Jacks Lino Gasparotto
 Cibeli Simões dos Santos
 Cristiano Alcides Basso
 Daniele Yukie Fukui
 Dinara de Arruda Oliveira
 Eduardo Alves Marçal
 Fernanda Mamede Beck Roveri
 Gabriela de Souza Correia

Gustavo Tostes Cardoso
 Ivan Carlos Santore
 Jaqueline Proença Larréa Mees
 Jefferson Luis de Queiroz
 José Luiz de Aguiar Bojikian
 Kamila Michilo Teischmann
 Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
 Leonardo Giovane Nichele
 Luiz Carlos de Oliveira Assumpção Júnior
 Luiz da Penha Correa
 Mário Olímpio Medeiros Neto
 Narana Souza Alves
 Nelson Aparecido Manoel Junior
 Pedro Antonio dos Santos
 Reinaldo Américo Ortigara
 Rhandell Bedin Louzada
 Ricardo Ferreira de Andrade
 Ricardo Ferreira Garcia
 Ricardo Zeferino Pereira
 Juliana Ribeiro Salvador
 Selma Pinto de Arruda Guimarães
 Tatiane de Barros Ramalho
 Wanessa Correia Franchini Vieira

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: José Patrocínio de Brito Júnior
 José Eduardo Polisel Gonçalves
 Mario Olímpio Medeiros Neto
 Helio Udson Ramos de Oliveira
 Marina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Flávio José Ferreira

Membros: Pedro Martins Verão
 Luiz da Penha Correa
 Julierme Romero
 José Luis de Aguiar Bojikian
 Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Membros: José Sebastião de Campos Sobrinho
 Daniele Yukie Fukui Rebouças
 Roberta Vieira Borges
 Ricardo Ferreira de Andrade
 Luis Carlos de Oliveira Assumpção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT)**Presidente**

Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente

Xênia Michele Artmann Guerra

Secretária-Geral

Clarissa Lopes Dias

Secretário-Geral Adjunto

Fabrício Renan Pasto Pavan

Tesoureiro

Leonardo de Mesquita Vergani

RELATORES DO TED

Presidente

JOÃO BATISTA BENETI

Vice-presidente

ADRIANO CARRELO SILVA

Secretário-geral

SILVANO MACEDO GALVÃO

1ª TURMA**Presidente**

RENATO DE PERBOYRE BONILHA

RelatoresROBER CESAR DA SILVA
GIORGIO AGUIAR DA SILVA**2ª TURMA****Presidente**

ROBERTO ANTUNES BARROS

RelatoresMARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA
ROSENI APARECIDA FARINACIO
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE**3ª TURMA****Presidente**

PEDRO MARCELO DE SIMONE

RelatoresSEILA MARIA ALVARES DA SILVA
APOENA CAMERINO DE AZEVEDO
ALENCAR FELIX DA SILVA
MARCELO BERTOLDO BARCHET**4ª TURMA****Presidente**

JOÃO MANOEL JUNIOR

RelatoresJOSÉ RAVANELLO
LINOIR LAZZARETTI JUNIOR
ANA MARIA SORDI TEIXEIRA MOSER
ILDO DE ASSIS MACEDO**5ª TURMA****Presidente**

ARNALDO RAUEN DELPIZZO

RelatoresROSELY AMARAL DE SOUZA
JULIERME ROMERO

ROBERTO CARLONI DE ASSIS
 DANIELE IZAUARA DA SILVA CAVALARI
 REZENDE

6ª TURMA**Presidente**

JACKSON MÁRIO DE SOUZA

RelatoresVINICIUS MANOEL
GELISON NUNES DE SOUZA
JOSÉ ANTONIO GASPARELO JUNIOR
CIBELI SIMÕES DOS SANTOS**7ª TURMA****Presidente**ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES
SILVA**Relatores**LUIZ ALBERTO DERZE VILLALBA CARNEIRO
HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR
JUCIMEIRE MARQUES DE OLIVEIRA
LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR**8ª TURMA****Presidente**

CRISTIANO ALCIDES BASSO

RelatoresJONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA
EDUARDO AUGUSTO BORDONI MANZEPPI
JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO
RODRIGO REIS COLOMBO**9ª TURMA****Presidente**

AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA

RelatoresRAFAEL VICENTE GONÇALVES TOBIAS
ESTEVÃO PINHEIRO JOTA
CLAIRE INES GAI MATIELO**10ª TURMA****Presidente**

SONIA MARIA ALVES SANTOS

RelatoresRAPHAEL NAVES DIAS
JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS
MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES**11ª TURMA****Presidente**

MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA

RelatoresAMARO CESAR CASTILHO
PAULO FABRINNY MEDEIROS
ANTONIO ALVES DA SILVA JUNIOR
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO
JOSÉ DIOGO DUTRA FILHO
CLEBER IRINEU RODRIGUES DA SILVA
RAFAEL WILLIAN BATISTA
ALEX FERREIRA DE ABREU**DIRETORIA DO TDP****Presidente**

André StumpfJacobe Gonçalves

Vice-presidente

Maurício Magalhães Faria Neto

Secretário-geral

Max Magno Ferreira Mendes

Secretária adjunta

Fabiane BattistettiBerlanga

Telefone de plantão do TDP: (65) 9 9239-1000

EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:

@oabmatgrosso
 www.facebook.com.br/oabmatgrosso
 www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
 www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional**Tiragem:** 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
 Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
 - Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

Jornalistas:
 Natacha Wogel
 Sissy Cambuim - DRT/MS 0604
 Paula Peres - DRT/MT 1243
 Mayla Miranda, TJMT/Assessoria

Fotografias:
 ZF Press, Eugênio Novaes/ CFOAB, Folha Regional Online e Guia Lacerda.net

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351

OAB-MT reafirma necessidade de Exame como garantia social

A OAB-MT reafirma que a extinção do Exame da Ordem vai na contramão do que vem exigindo a sociedade. Travada há mais de quatro décadas, a discussão sobre sua obrigatoriedade já foi pacificada no Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu, de forma unânime, sua constitucionalidade.

Em fevereiro, o deputado federal José Medeiros apresentou projeto para revogação do dispositivo da Lei 8.906/94, que exige a aprovação no Exame da Ordem para a inscrição profissional como advogado.

A proposta é exatamente a mesma que foi apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro quando era parlamentar, em 2007, e que atravessou as legislaturas sem a aprovação do Legislativo, sendo desarquivada no dia 19.

O Exame da Ordem foi aplicado pela primeira vez em 21 de março de 1971 e, na época, já foi motivado pela proliferação das faculdades de Direito que, naquele ano, somavam 33. Além disso, é necessário destacar que um dos fatores que inspirou sua criação foi a ausência de prática forense na grade curricular, oferecendo ao bacharel condições mínimas para que não fossem colocados em risco a liberdade ou patrimônio do cidadão.



A modificação do cenário ao longo dos anos apenas fortificou os motivos que inspiraram a sua criação e impediram a sua extinção durante essas décadas de debate acerca do tema. Os cursos de Direito, no Brasil, são formatados para a formação de bacharéis sendo que, para o exercício de inúmeras carreiras jurídicas é necessária a comprovação dos conhecimentos técnicos por meio de exames, tais quais os cargos de procurador, defensor, promotor e magistrado.

“Não é crível no atual estágio da educação jurídica brasileira cogitar o fim do Exame de Ordem por uma simples razão: milhares de bacharéis são despejados anualmente pelas faculdades sem nenhum preparo para garantir

minimamente a defesa dos direitos, por exemplo, da liberdade, da honra e do patrimônio”, comentou o presidente da comissão de Ensino Jurídico da OAB-MT, José do Patrocínio.

De acordo com ele, isso se dá por conta da falta de fiscalização adequada por parte do Ministério da Educação (MEC), que se mostra complacente com a mercantilização do ensino

jurídico. “Isso está incentivando aquilo que chamamos de estelionato educacional porque autoriza a abertura desvairada de cursos de Direito”, completou.

Somente no ano passado foram autorizados 322 novos cursos no país, com quase 45 mil vagas anuais. Em 2015, mais cinco foram autorizados, totalizando 1.562 cursos em funcionamento no Brasil.

Noutro norte, a OAB tem se mobilizado permanentemente contra a mercantilização do ensino e se insurgido contra a abertura desenfreada de novos cursos. Mais que isso, mantém na seccional de Mato Grosso a fiscalização dos cursos em funcionamento, cobrando providências e alertando a sociedade

quanto à qualidade do ensino.

Vale ressaltar que a Constituição da República, promulgada já após anos de discussão sobre o Exame da Ordem, especificou, em seu artigo 133, que o advogado é profissional indispensável à administração da justiça. Dada a importância do tema, o debate sobre a exigência de sua aprovação para o exercício profissional não se limitou ao parlamento, por meio da discussão de uma série de propostas, mas passou também pelo Poder Judiciário, onde foi classificado pelo então ministro do STF, Ayres Brito, como uma “salvaguarda social”.

Durante o julgamento de repercussão social, a ministra Carmen Lúcia ainda lembrou que a norma – cujo projeto em tramitação pretende revogar – foi produzida coerentemente com o que a sociedade, em um Estado democrático, exige da OAB.

“Esse debate constante que se travou em torno do Exame da Ordem é importante porque ele deve estar sempre sendo estudado e aprimorado para que esteja em sintonia com o avançar do Direito no Brasil, mas a discussão sobre sua necessidade, importância e, consequentemente, obrigatoriedade legal, já se mostrou esgotada uma vez que pacificada pelo entendimento dos Poderes deste país”, destacou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Comissão vai elaborar projeto de lei para advocacia dativa

Mato Grosso é um dos únicos Estados do Brasil que não conta com uma legislação que regula o pagamento de honorários da advocacia dativa por via administrativa. A questão vem sendo enfrentada pela OAB-MT nas mais diversas frentes e, agora, conta com uma comissão exclusiva para buscar uma solução para a situação.

Considerando a necessidade da edição de uma lei que regulamente o pagamento dos advogados e advogadas nomeados como dativos de forma administrativa, a OAB-MT instalou uma comissão de estudo e trabalho que será responsável pela elaboração da minuta

do projeto a ser encaminhado ao Governo de Mato Grosso.

“Queremos entregar ao governador um projeto consistente, que resolva de vez essa questão”, comentou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Os trabalhos da comissão serão coordenados pelo membro honorário vitalício da OAB-MT, Francisco Faiad, e o secretário-geral adjunto, Fernando Figueiredo, é o responsável por secretariar as atividades. O grupo ainda é composto pelo presidente da OAB Sinop, Eduardo Chagas, pelo conselheiro estadual Mário Olímpio Medeiros Neto e pelo secretário-geral do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), Max

Magno Ferreira Mendes.

Toda a advocacia pode contribuir com o trabalho desempenhado pela comissão, encaminhando sugestões para o e-mail comissoes@oabmt.org.br.

O artigo 298 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral de Justiça (CNGC) recomenda aos juízes que, ao verificarem nos casos concretos a inexistência ou insuficiência de prestação de serviços jurídicos pela Defensoria Pública, nomeiem advogados dativos e fixem o valor dos honorários advocatícios devidos ao profissional.

Das 79 comarcas de Mato Grosso, apenas 47 contam com atuação da Defensoria Pública.

Hoje, o profissional nomeado como dativo, após receber a certidão judicial, precisa ingressar com o processo de execução e, posteriormente, apresentá-lo à Procuradoria Geral do Estado (PGE-MT) para conversão em precatório ou Requisição de Pequeno Valor (RPV), conforme o valor da causa.

Assim, para receber pelo trabalho já prestado e reconhecido pelo Poder Judiciário, a advocacia dativa precisa arcar com custas processuais e esperar meses ou anos para receber os valores a que tem direito. O valor devido pelo Estado a advogadas e advogados de Mato Grosso que atuaram como dativos gira em torno de R\$ 40 milhões.

Colégio prepara para qualidade de gestão no Sistema OAB-MT

Pela primeira vez, o Sistema da OAB-MT realizou o Colégio de Diretores (as) Tesoureiros (as) de Subseções, reunindo em Cuiabá, em 25 de fevereiro, os responsáveis pela gestão dos recursos arrecadados pela instituição em todo o Estado.

“O momento histórico que nós vivemos pede, tanto pela advocacia quanto pela sociedade, a qualificação dos nossos investimentos”, destacou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, durante a abertura do evento.

Com o propósito de assegurar maior transparência aos investimentos realizados

com os valores referentes às anuidades pagas pelos advogados e advogadas inscritos em Mato Grosso, o I Colégio de Diretores (as) Tesoureiros (as) teve como principal lema “fazer mais com menos”.

A palavra de ordem para guiar a gestão dos diretores eleitos pela advocacia é de austeridade nas contas assegurando aos profissionais benefícios e estrutura qualificada de trabalho.

“Esta é uma iniciativa inédita que demonstra, sobretudo, a preocupação da diretoria, da gestão, de forma geral, com cada subseção e com o trabalho de cada um de vocês. Estamos aqui voluntariamen-

te para trabalhar em benefício de uma classe e a gente precisa ter um mínimo de suporte, de conhecimento e fazer esse trabalho com responsabilidade”, asseverou a vice-presidente da OAB-MT, Gisela Cardoso.

De acordo com Leonardo Campos, é justamente esse trabalho voluntário e dedicado que faz da OAB a maior representante da sociedade civil organizada. “Trabalhamos em prol de uma causa pública, de um interesse maior, que é o fortalecimento do Sistema OAB-MT”, completou.

Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), Ítallo Leite declarou que o Conselho Federal tem deixado claro que este será um ano de austeridade financeira e a CAA/MT também terá que fazer essas adequações. “Desejo que consigamos, com muita união, muito trabalho, fazer essa gestão e oferecer muito mais com muito menos”, disse.

Para atingir esse resultado, a recomendação é de uma administração colegiada, com cada diretor exercendo devidamente o papel para o qual foi eleito em sua subseção e que cada profissional da advocacia possa encontrar um canal sempre aberto para a prestação de contas.

Diretor Tesoureiro da OAB-MT,



Helmut Flávio Preza Daltro informou que o a intenção do Colégio é capacitar os diretores para atuarem como verdadeiros gestores em suas subseções e com a uniformização de parâmetros para que os profissionais de qualquer localidade de Mato Grosso possam contar com a mesma qualidade de gestão.

Provimento 185/18 – Publicado no Diário Oficial da União (DOU) em novembro do ano passado, dispõe sobre as regras de gestão do Sistema OAB, incluindo-se a aderência aos fundamentos de responsabilidade fiscal, o desenvolvimento do capital humano, a tecnologia da informação e a transparência.

A norma passa impor, também aos dirigentes das subseções, responsabilidade solidária e subsidiária sobre a aplicação dos recursos e foi um dos principais temas de debate no Colégio.

A medida também visa garantir mais transparência e eficiência na gestão dos recursos, incluindo, por exemplo, a obrigação de elaboração do orçamento anual de receitas e despesas.



Regras visam à eficiência orçamentária

As regras de gestão adotadas pela Diretoria da OAB-MT foram apresentadas aos diretores-tesoureiros presentes na continuidade do I Colégio de Diretores (as) Tesoureiros (as) de Subseções. Metas como equilíbrio financeiro, orçamento, controle interno e fiscalização, desenvolvimento profissional do corpo técnico, investimentos em tecnologia, transparência e impessoalidade dos gastos foram os pontos destacados pela gestão como forma de instituir normativas de caráter administrativos visando à eficiência orçamentária.

“Precisamos exteriorizar as rotinas administrativas, precisamos instituir normativas de caráter administrativo. Não tem como falar em transparência, em controle interno, se não falarmos em rotinas administrativas efetivas para melhor investimento dos recursos. E isso é atribuição do tesoureiro”, reforçou o diretor-tesoureiro da Seccional, Helmut Daltro, informando que essa tem sido

uma prática adotada desde 2016.

O diretor exemplificou o tema com os processos de compras realizados pela OAB-MT, optando por aquisição em locais com custos menores, mesmo mantendo a qualidade do produto adquirido. “Não adianta ter uma proposta orçamentária aprovada se não sabemos quanto teremos lá na frente de saldo para utilizar. Não há como ter controle e transparência sem o processo”, completou, demonstrando outras medidas de austeridade que culminaram em economia orçamentária no último triênio.

Artigos do Provimento 185 do Conselho Federal da OAB, que dispõe sobre as regras de gestão do Sistema OAB, foram explanados no encontro com a participação do setor de Contabilidade da Seccional.

Formação – Os caminhos para acesso aos serviços da ESA-MT também foram pauta do colégio. Helmut Daltro destacou a importância de membros das subseções

participarem do Conselho Curador da ESA-MT, tendo em vista que a análises dos projetos de cursos encaminhados e, depois, oferecidos é feita pelo colegiado. Também para respeitar as peculiaridades de cada região.

“Ele analisa os projetos de curso de extensão, atualização, capacitação. Por isso a importância de se ter, dentro da estrutura da ESA, representante de cada subseção porque a realidade de Cuiabá não é a mesma de Sinop, ou que a advocacia de Nova Mutum entende ser relevante. Sensível a isso foi que a diretoria decidiu ter um profissional, preferencialmente afeto à área acadêmica, para compor esse conselho”, comentou o diretor.

A Procuradoria Jurídica da OAB-MT também apresentou os resultados das consultorias e das medidas judiciais realizadas nos últimos três anos, sobretudo quanto às cobranças dos débitos junto à



Ordem. Ao longo do período, foram 2.036 renegociações vinculadas a mais de R\$ 7 milhões de débito, dos quais pelo menos R\$ 5,8 milhões foram pagos.

“Em três anos, efetivamente agimos para diminuir ou minimizar a inadimplência que estava na casa dos quase 57% em janeiro de 2016. Hoje, essa inadimplência, em 31 de dezembro de 2017, foi de 22% de inadimplência. Finalizamos 2018 com o número perto da casa dos 30%, porque a anuidade do ano do exercício não poderia entrar na renegociação”, esclareceu o diretor-tesoureiro da OAB-MT destacando o rol de medidas adotadas para garantir aos inscritos na chance de ficar adimplentes.

Cerca de 700 profissionais integram comissões da OAB-MT

Na primeira reunião do Conselho Pleno da OAB-MT foram nomeados cerca de 700 advogados e advogadas de todo o Estado para compor as 54 comissões temáticas da instituição.

Com objetivo de se debruçar sobre os diferentes assuntos que envolvem a prática da advocacia, as comissões contam com presidente, vice-presidente, secretário-geral, secretário-geral adjunto e membros que se reúnem periodicamente para debater e estudar os temas pertinentes de cada área de atuação.

Na gestão 2019-2021 foram criadas três novas comissões temáticas: Defesa de Direitos dos Animais, Direito Sistêmico e Estudos Permanentes sobre o Compliance.

Podem integrar as comissões temáticas profissionais e ou estagiários (as) devidamente inscritos na Ordem e em situação regular.



Comissão de Estudos Permanentes Sobre o Compliance atende anseios da sociedade

Estar de acordo com o que preconizam a legislação e os princípios da administração, mais que garantir um bom ambiente, tem se tornado cada vez mais fundamental. Antenada aos avanços do Direito no país e no Estado, a OAB-MT criou a comissão de Estudos Permanentes sobre o Compliance.

“É uma comissão que está conectada com aquilo que há de mais moderno no ramo do Direito, no Direito preventivo, a construção de políticas de integridade nas empresas, na gestão pública, nas instituições em geral”, explicou o presidente da Comissão, Marco Marrafon.

Além dele, integram o grupo

a vice-presidente Luciana Serafim, o secretário-geral Marcelo Ambrósio Cintra, a secretária-geral adjunta Juliana Zafino Isodoro Ferreira Mendes e os membros Natanazia Alves Alencar, João Victor Toshio Ono Cardoso e Sheisa Bandeira Santana.

De acordo com o presidente da Comissão, a proposta é promover um grande impulso no desenvolvimento do compliance e dos programas de integridade em todo o Estado, promovendo cursos de formação, debates, seminários.

“A OAB-MT é, acima de tudo, uma caixa de ressonância da sociedade civil que hoje clama por mais integridade, compliance, por agir em conformidade”, disse.

Ordem institui em MT Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais

Um tema que vem se tornando cada vez mais crescente no mundo jurídico é a defesa dos direitos dos animais. A legislação acerca do assunto é ampla. O artigo 255 da Constituição Federal destaca, em seu caput, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Para aprofundar o debate e o estudo do tema no Estado, a OAB-MT criou a Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais.

“A comissão se torna um ponto de discussão técnico-jurídica em relação a essa matéria que é cada vez mais específica”, explicou a presidente da Comissão, Gláucia Amaral.

Ela argumentou que o chamado “Direito Animal” envolve um aspecto humano, na relação de afetividade com as pessoas, mas também está relacionado às

questões de saúde pública e ambientais.

Entre os pontos de análise propostos pela Comissão estão o cumprimento, por parte dos municípios, da função de amparo aos animais domésticos em situação de rua, o controle populacional, a formação dos centros de controle de zoonoses e as políticas públicas para preservação da fauna mato-grossense.

Além da advogada Gláucia Amaral na presidência, a Comissão conta com Flaviany Garcia na vice-presidência; o secretário-geral Celso Roberto Teixeira e os membros Alline Garcia Rosa Vieira, Eduarda dos Santos Pirajá, Flávio Augusto da Costa Ribeiro Garcia, Patrícia Contar de Andrade, Pedro Felipe Veiga Gomes, Rafaela Emília Bortolini, Tayla Brizia dos Reis e Vanessa Pinho Silva.

Para a presidente, é importante a participação de todos os profissionais que atuam na defesa dos animais para fomentar o debate e o estudo técnico. Sugestões podem ser encaminhadas para o e-mail comissoes@oabmt.org.br.

TJMT recebe demandas da advocacia na abertura dos trabalhos seccionais

Em dois dias de denso trabalho, a primeira reunião do Conselho Pleno da gestão 2019-2021 da OAB-MT foi marcada por uma extensa pauta de debates acerca da atuação da advocacia em Mato Grosso. Para isso, contou com a primeira visita institucional da diretoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), que apresentou seus projetos para o biênio e recebeu as demandas dos profissionais representados de todas as regiões do Estado.

Ao longo de quase 5 horas na manhã do dia 22 de fevereiro, a presidente em exercício do TJMT, desembargadora Maria Helena Póvoas; o corregedor-geral da Justiça, desembargador Luiz Ferreira; o diretor do Foro de Cuiabá, juiz Luís Aparecido Bertolussi Junior; o juiz-auxiliar da presidência, Agamenon Alcântara Moreno; o juiz-auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, Otávio Vinícius Affi Peixoto, e a juíza da Vara de Direito Agrário,



Adriana Sant'Anna Coningham, receberam e debateram junto aos conselheiros da OAB-MT e presidentes das subseções as demandas da advocacia das diversas regiões de Mato Grosso.

Na oportunidade, o Poder Judiciário também esclareceu sobre o estudo de viabilidade das comarcas que está em andamento, a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Uni-

ficado (SEEU), funcionamento do Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), regionalização da vara de Direito Agrário, entre outros.

Desde a gestão passada a OAB-MT adotou a tradição de receber os representantes do TJMT nas sessões do Conselho Pleno como forma de intensificar a aproximação entre o Poder Judiciário e a advocacia e oportunizar aos profissionais de todo o Estado que apresentem o panorama vivenciado nas diferentes comarcas.

A iniciativa foi elogiada pelo corregedor-geral da Justiça e pelos advogados e advogadas participantes da sessão.

Também participou desta primeira sessão do Conselho Pleno da OAB-MT para apresentar os trabalhos desenvolvidos o juiz auxiliar da presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT 23), Angelo Henrique Peres Cestari.

OAB-MT conhece como funcionará o SEEU

Os representantes da advocacia do Estado puderam conhecer, durante a primeira reunião do Conselho Pleno da OAB-MT, no dia 22 de fevereiro, como funcionará o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU). O Estado é um dos pilotos na implantação do sistema, que visa calcular a pena por meio de programa de informática, com maior celeridade e segurança, como defende o Judiciário. O SEEU foi apresentado à advocacia pela diretoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

“A Ordem vê com muito bons olhos a implantação do SEEU, de modo que vamos acompanhar pari-passu a implantação desse sistema que, a nosso ver, e esperamos, vem trazer mais celeridade e segurança no cálculo dos executivos penais, dos benefícios penais”, opinou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Durante a reunião, a apresentação foi feita pelo juiz-auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, Otávio Vinícius Affi Peixoto. De acordo com o magistrado, o SEEU trabalha com uma plataforma totalmente eletrônica e segura. “O programa traz muitas facilidades. Por exemplo, ele não tem intervenção humana no cálculo de pena, somente na alimentação do processo. O SEEU também trabalha de forma integrativa de forma que não só as partes, advogados e magistrados têm acesso ao processo, mas também a Secretaria de Segurança Pública e o Conselho da Comunidade pode interagir com o programa, por



exemplo. Queremos fazer a transferência do modo físico para o virtual da maneira mais tranquila possível”.

Na avaliação de Leonardo Campos, o SEEU contribuirá com o trabalho dos defensores, sobretudo quanto aos alertas emitidos quando houver alteração no cumprimento da execução. “Isso contribui diretamente com o advogado e com o reeducando que está encarcerado, uma vez que os cálculos de pena serão facilitados e terão lembretes tanto para o juiz como para o advogado, caso um benefício esteja vencido ou próximo a vencer”, acrescentou.

A vice-presidente do TJMT, desembargadora Maria Helena Póvoas, disse apostar na eficiência do sistema, embora reconheça que, a princípio possa haver a necessidade de alguns ajustes. “Nós precisamos é implementar e ver na prática obviamente, como tudo na vida, até uma receita de bolo, logicamente al-

guma coisa pode não dar certo. Mas é aí que precisamos da experiência do advogado que está no dia-a-dia do embate para podermos estar corrigindo essas pequenas arestas. Tenho a absoluta convicção de que o sistema vai dar certo”.

O corregedor-geral de Justiça, desembargador Luiz Ferreira, endossou a importância da parceria com a advocacia para que o SEEU seja bem executado. “A parceria com a OAB nesse momento é importantíssima, porque sabemos que o advogado faz parte do tripé da justiça. É exatamente a clientela que fará uso desse sistema. É ele, em princípio, que vai dar o impulsionamento a todos os pedidos”.

Conforme o TJMT, a digitalização dos processos já começou em Cuiabá e, também, nas comarcas. Isso porque, após a realização do trabalho na Capital, que reúne a maior parte dos executivos penais, o objetivo do Judiciário mato-grossense é trazer os processos do Estado inteiro e concentrar o trabalho como um todo em uma única central. *Com Assessoria de Imprensa/ TJMT*

OAB entrega abaixo-assinado por climatização do Fórum da Capital

A climatização o Fórum da Capital, uma das bandeiras da OAB-MT, responsável pelo lançamento da campanha Climatiza Já!, deve ser atendida pelo Poder Judiciário do Estado em breve. Pelo menos foi o anúncio feito pelo diretor do Foro da Capital, o juiz Luís Aparecido Bortolussi Júnior, durante a continuidade da primeira sessão do Conselho Pleno da OAB-MT, em 22 de fevereiro. Sobretudo depois que a entidade entregou às mãos da vice-presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), Maria Helena Póvoas, o abaixo-assinado com mais de 4.200 nomes de membros da advocacia, da magistratura e da sociedade em geral solicitando a climatização.

O presidente da OAB-MT iniciou a sessão informando que vem tratando sobre a climatização do Fórum de Cuiabá desde a gestão passada e já conversou sobre o assunto com o atual presidente do TJMT, Carlos Alberto Alves da Rocha. “Gostaria de formalizar isso como nosso primeiro ato de entregar dos abaixo-assinados que fizemos na campanha Climatiza Já. É desnecessário dizer o clima que temos na Capital e, no Fórum, principalmente nos meses mais secos do ano, é praticamente insalubre andar de terno e com as vestes formais das advogadas”.

As 4.213 assinaturas que constam

do abaixo-assinado foram coletadas em pouco mais de 20 dias de campanha no Fórum. “São de advogados, sociedade, magistrados e servidores que aderiram a essa campanha, visando sensibilizar o Judiciário sobre a necessidade de dar um maior conforto ao jurisdicionado e àqueles que frequentam diariamente o Fórum de Cuiabá”, acrescentou o presidente.

Conforme o diretor do Foro da Capital, já está autorizada a execução de qualquer modificação necessária para fazer a climatização e, se o presidente do TJMT quiser, fazer a mudança da fachada do Fórum. O anúncio foi aplaudido na sessão. “Essa é uma das metas do atual presidente e o arquiteto já está autorizado a fazer as mudanças. Esses aplausos são aos desembargadores Carlos Alberto, Maria Helena e Luiz Ferreira (da Silva, Corregedor-geral de Justiça), que estão dando uma autonomia de a gente sonhar e melhorar. Ali circulam de duas a três mil pessoas diariamente e realmente é insalubre”.

O magistrado ainda informou que se trata de uma obra para qual o projeto já está sendo feito para dar início, em seguida, ao processo licitatório. “A pretensão é iniciar em novembro, dependendo da licitação, estar climatizando a primeira área, que será a criminal”, acrescentou Luís Bertolussi.

A desembargadora Maria Helena Póvoas falou sobre a falta de climatização no Fórum e o quanto a situação prejudica jurisdicionados e operadores do Direito. Ela devotou apoio à causa apresentada pela advocacia. “Tem uma medida que pode ser usada, o Funajuris (Fundo de Apoio ao Judiciário de Mato Grosso). Pode contar comigo, presidente. Essa é uma demanda que qualquer ser humano precisa que seja resolvida”.

Diversas outras demandas entre Judiciário e advocacia foram debatidas durante a sessão do Conselho Pleno. Os diretores do TJMT falaram da satisfação em estar na OAB-MT e sobre a importância do estreitamento das relações entre as instituições para a administração da justiça.

“É sempre uma satisfação muito grande retornar à Casa das Liberdades Democráticas, de onde sou egressa e tenho muito orgulho disso. Precisamos realmente estar caminhando juntos, advogados, magistratura, Ministério Público, que fazem a máquina do Judiciário funcionar. Não vejo sentido cada qual ficar falando uma linguagem dentro do seu quadrado. Precisamos estar trocando experiência, ouvindo o que deu certo e consertando aquilo que está incomodando ou tra-



zendo mal funcionamento à máquina”, comentou Maria Helena Póvoas.

“Quero falar da satisfação de estar aqui, na Casa em que eu fiquei por mais de 30 anos. É ponto de honra nosso fazer uma relação muito estreita com a OAB e em todas as vezes que formos convidados, cá estaremos”, certificou o corregedor-geral de Justiça.

Leonardo Campos endossou a importância da aproximação. “Esse foi um hábito que criamos desde o triênio passado, de receber a magistratura na primeira sessão do Conselho, para apresentar o plano de gestão e ouvir a advocacia sobre quais são as prioridades que nós, advogados, entendemos, ou as prioridades sob nossa ótica, como representante da classe e da sociedade civil organizada, ao Poder Judiciário para que, com a sensibilidade que esperamos, possa ouvir a advocacia e, a partir daí, juntos, construirmos uma administração coletiva e horizontal em prol daquele, nosso maior cliente, os jurisdicionados, visando a uma célere e efetiva distribuição de justiça”.

Ex-presidente do TJMT recebe homenagem da advocacia

A primeira reunião do Conselho Pleno da OAB-MT da gestão 2019-2021, iniciada em 21 de fevereiro, foi o cenário da homenagem ao ex-presidente do TJMT, desembargador Rui Ramos Ribeiro, através do qual a entidade homenageou todo Poder Judiciário do Estado.

Ao desembargador foi entregue um quadro assinado pelos membros da diretoria da OAB-MT para agradecer-lhe por seus serviços à frente do Judiciário e sua atenção à advocacia do Estado. “A transformação é possível quando ousamos acreditar. Em sua liderança frente ao Tribunal de Justiça, a advocacia foi recebida por um ouvido atento e um olhar sensível. Em reconhecimento a essa importante trajetória, a OAB-MT congratula e concede esta homenagem”, trouxe a placa.

“Essa, em verdade, é uma homenagem ao Poder Judiciário de uma forma ge-



ral. A Ordem, enquanto uma instituição que ajuda a administrar a justiça; o advogado e a advogada, enquanto profissionais essenciais à administração da justiça, devem ter sempre uma relação de parceria, mas de independência e de autonomia nas instituições. Essa é uma forma que a advocacia reconhece ao Poder Judiciário, na pessoa do então presidente, a excelente parceria que nós travamos no último biê-

nio, levando, com certeza, a distribuição de justiça, com o auxílio da Ordem ao Poder Judiciário, a todos os cidadãos mato-grossenses”, comentou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

O reconhecimento da parceria com o TJMT foi destacado com as inúmeras conquistas alcançadas pela advocacia e a população ao longo da gestão de Rui Ramos.

A construção do Fórum de Nova Mutum, a instalação de novas varas em várias comarcas de Mato Grosso após o pleito da OAB-MT, o novo Fórum de Primavera do Leste em construção, soluções pontuais quanto ao Processo Judicial Eletrônico (PJe), como as publicações dos atos processuais via Justiça Eletrônica, dentre outros, foram enumerados por Leonardo Campos.

“Respeitada a sua autonomia e sua

independência, trabalharemos numa única direção, trabalhar no mesmo sentido. Qual o sentido? Dar condições do cidadão que é o principal cliente, tanto da advocacia quanto do Poder judiciário, de receber uma prestação jurisdicional de forma célere. E nós encontramos lá na Presidência do Tribunal, com o desembargador Rui Ramos, as portas sempre abertas”, apontou o líder da OAB-MT.

O desembargador comentou ter se sentido honrado ao receber a homenagem. Tratou da dificuldade em atender a todas as demandas em virtude das dificuldades administrativas do órgão e do tempo de trabalho frente ao TJMT. “Não é uma tarefa fácil, tem muitas coisas que vão se passando, é só um biênio, mas eu entreguei o meu trabalho e, por isso, vejo que foi reconhecido e que está sendo reconhecido nesta oportunidade”, ponderou Rui Ramos.

Cerca de 200 participam de desagravo por desrespeito a advogada de Sinop

A OAB-MT e a Subseção de Sinop realizaram um ato de desagravo no dia 15 de fevereiro, na cidade, após a advogada Xênia Artmann Guerra ter suas prerrogativas desrespeitadas, de forma reiterada, por servidores da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura. O ato contou com representantes da Seccional, da CAA/MT, da diretoria da Subseção, de conselheiros federais e estaduais e da advocacia da região.

“Eu havia sido contratada pela Associação Atlética de Handebol para atuar em um processo administrativo de prestação de contas. Quando eu estive aqui na Secretaria para ter acesso aos autos, um servidor me impediu. Nós temos a prerrogativa assegurada em lei federal de poder examinar autos, independentemente de ter ou não procuração. Ele me exigiu a procuração. Mesmo sem necessidade eu apresentei. Quando apresentei, ele me falou que havia antecipado o julgamento para não me deixar participar, impedindo meu exercício profissional”, explicou Xênia Guerra durante o ato.

Segundo a advogada, além de ser



impedida de participar do julgamento, o servidor ainda teria se negado a entregar a cópia da decisão do caso.

Além do ato máximo de descontentamento promovido pela Ordem, o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, destacou que todos os advogados e as advogadas que se sentirem impedidos de cumprir o exercício profissional podem contar com o apoio do órgão.

“Todos que se sentirem coagidos, ou

impedidos de cumprirem seu exercício, podem contar conosco. Quando um advogado é impedido de exercer seu trabalho ele não é o único prejudicado. O cidadão que contratou seus trabalhos também sofre. Seu direito de ter um representante acaba sendo violado. Então, nenhum advogado pode aceitar passar o que a doutora Xênia passou e se calar. Todos devem ir atrás de seus direitos, principalmente quando garantidos em lei federal, como

foi o caso que levou a esse desagravo hoje”, ponderou o presidente na ocasião.

Para finalizar, Campos acrescentou que, além do ato de desagravo, a OAB-MT pretende entrar com um processo no Tribunal de Ética contra o acusado de ofender a advogada, que também é advogado - mas que se encontra com as atividades suspensas.

“Por incrível que pareça, quem ofendeu a advogada foi um advogado inscrito na Ordem. Já determinei aqui nessa sessão o encaminhamento desse advogado ao Tribunal de Ética para que responda a um processo por impedir o exercício profissional de um advogado. Fora isso, faremos as competentes representações junto às corregedorias do município e analisaremos se cabe ou não alguma medida criminal”, concluiu.

Em contato com a assessoria de imprensa da Administração de Sinop, foi informado que a Secretária Municipal de Educação, Esportes e Cultura, Veridiana Paganotti, irá se pronunciar a respeito do assunto em breve.

Ordem inaugura Sala da OAB e parlatório da Cadeia Pública de Peixoto

A diretoria da OAB-MT participou da inauguração do parlatório da unidade prisional de Peixoto de Azevedo, no norte do Estado, no dia 15 de fevereiro, obra viabilizada com investimentos da entidade, da CAA/MT e da Subseção da OAB na cidade. A construção foi executada por reeducandos da Cadeia Pública de Peixoto, por intermédio da Subseção.

Participaram da solenidade o presidente da Seccional OAB-MT, Leonardo Pio da Silva Campos, a vice-presidente Gisela Alves Cardoso, o presidente da CAA/MT, Ítallo Gustavo de Almeida Leite, a conselheira federal da OAB-MT, Ana Carolina Naves Dias Barchet, o conselheiro estadual da OAB-MT, Ivan Carlos Santori, o pre-



sidente do Tribunal de Defesa de Prerrogativas da OAB-MT, André Stumpf Jacob Gonçalves, o presidente da Subseção da OAB de Peixoto de Azevedo, Marcus Augusto Giraldo Macedo, e o diretor da unidade prisional, Manoy da Silva Rodriguês.

Além das autoridades mencionadas, também estiveram presentes a advocacia da região e servidores do Sistema Penitenciário.

Após o descerramento da placa inaugural aconteceu a visita à Sala Especial da OAB, que foi equipada com terminal de computador com impressora, mobília e ar-condicionado. Em seguida, foi vistoriado o parlatório prisional - espaço reservado exclusivamente para que profissionais da advocacia possam conversar com seus clientes sem que haja contato físico. O local foi climatizado e mobiliado com cadeira e escrivaninha, dentro da Cadeia Pública.

“Isso influencia positivamente na atuação e no exercício da advocacia, por meio da otimização das entrevistas e conversações junto ao cliente custodiado, dentro do que preceitua a legislação e as normas do Sistema Penitenciário. A implantação do parlatório é um grande avanço, pois garante a liberdade do preso de se comunicar com o responsável pela sua defesa técnica,

reservando a garantia do réu de se comunicar, de forma pessoal e reservada, com seu advogado”, enfatizou o presidente da Subseção.

Em relação à Sala Especial de Apoio da OAB, a estrutura física irá assegurar ao advogado condições dignas de exercer sua profissão, minimizando os impactos da realidade das cadeias públicas quanto à operacionalidade.

“A Diretoria da unidade prisional Peixotense estabeleceu uma parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, ocasião em que designamos os reeducandos com bom comportamento e prestes a serem reintegrados à sociedade para que pudessem, dentro de suas aptidões e capacidades, trabalhar nas obras de construção da sala do OAB e na implantação do parlatório, pois essas atividades lhes são facultadas e sua prática vão impactar gradativamente na remição de dias em sua pena”, comentou o diretor da Cadeia. *Com site Notícia VIP*

OAB-MT passa a contar com Comissão de Direito Sistêmico

A partir da análise do Direito sob uma ótica das ordens que regem as relações humanas, foi introduzida no país, pelo juiz Sami Storch, a expressão Direito Sistêmico. O magistrado iniciou, há mais de uma década, a utilização das técnicas de constelação desenvolvidas pelo terapeuta e filósofo alemão Bert Hellinger no Poder Judiciário. Desde então, Mato Grosso tem se destacado no cenário nacional como referência na aplicação do Direito Sistêmico.

Com uma ampla possibilidade de atuação, o Direito Sistêmico segue em reta de crescimento em todo o país e, agora, a OAB-MT conta com a Comissão de Direito Sistêmico.

Sob a presidência do advogado Carlos Eduardo Campos Borges, a comissão ainda conta com a vice-presidente Michelle Matsuura Borralho, a secretária-

geral Rafaela Gonçalves de Souza, a secretária-geral adjunta Cleiva Laurini Dummel e as integrantes Ludmila Rodrigues, Solange Teresina Carvalho Pissolato, Fernanda Tanahashi Ribeiro Pinto e Mariana Leal da Silva.

De acordo com o presidente da comissão, o Direito Sistêmico aplicado à ad-

vocacia trabalha com o olhar sobre o que é “essencial”, aplicando os princípios da ordem, do pertencimento e equilíbrio.

“Trata-se de um método sistêmico-fenomenológico de solução de conflitos, com viés científico, e tem por escopo conciliar, profunda e definitivamente, as partes, em nível anímico, mediante o

conhecimento e compreensão das causas ocultas geradoras das desavenças, resultando daí paz e equilíbrio para os sistemas envolvidos”, explicou.

Para o advogado, um dos principais propósitos da comissão é difundir os conhecimentos na área e aprofundar os estudos técnicos.

Núcleo de Precedentes do TJMT começa a sistematizar envio de informações à advocacia

O Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), que organiza as informações acerca dos precedentes judiciais advindos do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dos demais Tribunais Superiores, começará, de forma sistemática, a informar à advocacia do Estado as novidades sobre o tema.

A medida foi comunicada durante a primeira sessão do Conselho Pleno, no dia 22 de fevereiro.

Através de mensagens eletrônicas enviadas à Seccional, o Núcleo, coordenado pela Vice-presidência do TJMT,

fará a comunicação de novos precedentes estabelecidos, assim como já o faz à magistratura de todo o Estado. A OAB-MT enviará, por mala-direta eletrônica, a informação aos advogados cadastrados no serviço de newsletter oferecido pela entidade.

“Essa é uma estratégia que não beneficia apenas a Comissão de Direito Civil, mas atenderá toda a advocacia, pois os precedentes têm aplicação ampla, em todos os campos do Direito”, lembrou o presidente da Comissão, Jorge Jaudy, informando que os envios devem começar já no próximo mês.

Comissão se reúne para discutir licenciamento ambiental no entorno de território indígena

Criada pela Resolução 52/2018 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), a Comissão Especial Temporária sobre a dispensa do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) em zona de amortecimento de território indígena reuniu-se, no dia 19 de fevereiro, na sede da ESA-MT, anexa à OAB-MT.

Conforme a resolução, a OAB-MT conta com representação na comissão especial e o advogado Jorge Tadeu Malvenier preside o grupo.

Ele explica que o caráter da comissão é discutir políticas públicas voltadas ao tema constitucional do EPIA,

que toma espaço significativo nas reuniões do Consema quando a obra ou empreendimento está localizado no entorno de território indígena.

“Pautando pela prudência, preocupado em criar espaço de diálogo, excelência e desenvolver políticas públicas de comunicação entre os entes, produzindo segurança jurídica nos processos administrativos, encaminhados ao Consema, urge a necessidade de debater o tema em espaço democrático com diversas instituições públicas, privadas, entidades de classe, organizações não governamentais (ONGs), federações e associações indigenistas”, diz.



Diretoria da Seccional empossa dirigentes de mais 9 subseções

Nove subseções da OAB-MT realizaram posse de suas novas diretorias durante o mês de fevereiro. Foram elas Paranatinga, Primavera do Leste, Nova Mutum, Sorriso, Peixoto de Azevedo, Sinop, Cáceres, Comodoro e Pontes e Lacerda. Todas as solenidades foram prestigiadas pelos diretores da Seccional.

No dia 7 de fevereiro, as advogadas Catiane Michele dias (presidente) e a vice

Gisele Maróstica De Oliveira Feitoza Diniz tomaram posse na OAB Paranatinga, assim como o presidente Darley Da Silva Camargo e seu vice Dalton Vinicius Dos Santos, em Primavera do Leste.

Uma semana depois, no dia 14, foram as posses da OAB Nova Mutum, com a presidente Patricia Tieppo Rossi e a vice-presidente Roberta Wobeto Baraldi, e da OAB Sorriso, assumida por Fernando Mascarello, presidente, e pelo vice Janone Da Silva Pereira.

Em 15 de fevereiro, tomaram posse o presidente reconduzido da OAB Peixoto de Azevedo, Marcus Augusto Giraldo Macedo, e a vice-

presidente Fabricia Alves Nogueira Dembogurski. No mesmo dia foi a vez da OAB Sinop, com o presidente Eduardo Marques Chagas e o vice Fabio Ricardo Cavina.

No dia 19, tomaram posse em Cáceres o presidente Fabio de Sa Pereira e o vice-presidente Demetrio Francisco da Silva.

Em 27 de fevereiro encerraram as solenidades do mês as posses da OAB Comodoro, com o presidente Elbio Gonzalez e seu vice Ranulfo de Aquino Nunes, e da OAB Pontes e Lacerda, a ser dirigida pelo presidente Israel Moreira de Almeida e a vice-presidente Fabiane Battistetti Berlanga.

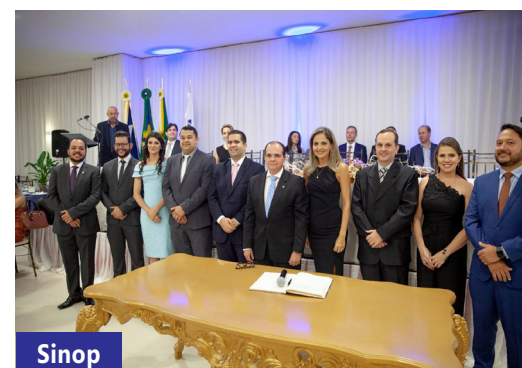
Em janeiro, outras quatro subseções tiveram as diretorias empossadas: Tangará da Serra, Jaciara, Rondonópolis e Alto Araguaia.



Peixoto de Azevedo



Primavera do Leste



Sinop



Cáceres



Comodoro



Nova Mutum



Pontes e Lacerda



Paranatinga



Sorriso

Ordem requer participação em estudo de viabilidade de comarcas

Diante da decisão do presidente do TJMT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, que determina o levantamento de informações sobre o trabalho desenvolvido nas comarcas de Nortelândia, Poxoréo, Dom Aquino, Arenópolis, Pedra Preta, Juscimeira e Itiquira, a OAB-MT requereu o acompanhamento do estudo de viabilidade técnica das estruturas.

Conforme determinou o presidente do TJMT, deverão ser levantadas as informações relativas ao número de processos físicos e eletrônicos em tramitação nessas comarcas, a quantidade de servidores, estrutura física, presença de magistrados, custos de manutenção, distância da comarca mais próxima, entre outros.

A medida, segundo o desembargador, dá-se em razão do reajuste da

Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício 2019, que resultou em limitação do repasse do duodécimo ao Poder Judiciário e, portanto, o levantamento teria o condão de preservar o atendimento de qualidade e equalizar os serviços prestados.

Ciente das dimensões continentais de Mato Grosso, a OAB-MT compreende a necessidade de um estudo de viabilidade técnica e se colocou à

disposição do Poder Judiciário para integrar uma eventual comissão.

Lembrando que a Constituição Federal estipula em seu artigo 133 que o advogado é profissional indispensável à administração da Justiça, bem como as atribuições insculpidas na Lei 8.906/94, a OAB-MT ainda requer que quaisquer medidas sejam previamente debatidas com a instituição antes de sua eventual aplicação.

Pleito da OAB-MT, funcionamento de cantinas será regulamentado

Em reunião realizada no dia 12 de fevereiro, no gabinete do governador Mauro Mendes, com a OAB-MT; o supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), desembargador Gilberto Giraldelelli; o juiz da Vara de Execuções Penais de Cuiabá, Geraldo Fidelis, e a Fundação Nova Chance, foram definidos os termos do decreto que regulamentará o funcionamento das cantinas nas unidades penitenciárias de Mato Grosso.

Desde 2007, a OAB-MT vem discutindo o tema junto ao governo de Mato Grosso e, em março do ano passado, um projeto de lei foi encaminhado ao Legislativo. No entanto, com o encerramento da legislatura sem a conclusão da votação, a proposta perdeu o efeito.

Agora, o funcionamento das cantinas será regulamentado por meio de decreto. Com a medida, o Conselho da Comuni-

dade – composto por diversos segmentos da sociedade – passa a ser responsável pela administração dos chamados “mercadinhos” onde são comercializados produtos de primeira necessidade para os reeducandos do sistema prisional.

“A OAB-MT está acompanhando essa questão das cantinas já há algum tempo e provocou junto ao Poder Judiciário e ao Executivo, agora, a regulamentação”, comentou o secretário-geral da Ordem, Flávio Ferreira. De acordo com ele, atualmente não há a transparência necessária sobre como o recurso oriundo das cantinas é utilizado.

“Infelizmente, ao longo dos anos, essa atividade não estava de nenhuma forma regulamentada. Trouxemos ideias, modelos, submetemos à apreciação do governador que foi bastante receptivos e fará a publicação para, de uma vez por todas,

acabar com essa situação de clandestinidade, vamos dizer assim, que estava atuando nesse sistema”, afirmou o desembargador Gilberto Giraldelelli.

Secretário de Estado de Segurança Pública, Alexandre Bustamante lembrou que essa situação se arrasta por quase uma década. “Esse processo está rodando há mais de 10 anos e o governador já quer dar uma solução para o problema”.

Em sua rede social, o governador Mauro Mendes informou que a intenção é aplicar o valor arrecadado nas cantinas nas unidades prisionais e também melhorar a situação para as famílias dos reeducandos.

Conforme o proposto, os valores recebidos com a comercialização dos produtos retornam, em sua totalidade, para o próprio sistema prisional.

A gestão das cantinas será de res-

ponsabilidade do Conselho da Comunidade, que conta com representantes da OAB-MT, Ministério Público de Mato Grosso e do Poder Judiciário, entre outros. Nas unidades podem ser comercializados produtos de higiene pessoal, limpeza, alimentos, sendo vedada a venda de bebidas alcólicas, produtos viciantes ou que apresentem riscos, obedecendo a um regimento que garante a segurança interna do sistema prisional.

“É um avanço não só para o sistema penitenciário, mas para toda a sociedade, pois vai garantir transparência, organização e nós poderemos enxergar os valores lá adquiridos para reinvestimento no sistema penitenciário mesmo”, concluiu o juiz da Execução Penal.



Entidades unem esforços para implantar projeto inédito na Penitenciária Feminina

OAB-MT, Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), Corregedoria Geral de Justiça (CGJ-MT), Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (FUFMT), Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Conselho da Comunidade da Execução Penal da Comarca de Cuiabá, Fundação Nova Chance (Funac) e Associação Cultural Cena Onze assinaram, no dia 12 de fevereiro, o convênio para a realização do projeto RefloreSer. A quantidade de entidades envolvidas na iniciativa é um reflexo de sua amplitude.

Nos idos das décadas de 50, 60 e 70, na Cuiabá em que Zé Bolo-Flor andava pelas ruas vendendo seus bolos, flores e poesias, a rua Joaquim Murтинho, endereço da Cadeia Pública de Cuiabá, era ponto conhecido dos amantes da floricultura. Após quatro anos de construção, quando inaugurada, em 1862, a Cadeia Pública abrigava 45 presos, sendo oito mulheres. Lá era feito o cultivo de rosas que eram comercializadas aos cuiabanos décadas atrás.

Este cenário,

cheio de boas recordações, ganha novas cores e contornos em 2019. Com capacidade para 180 reeducandas, a Penitenciária Ana Maria do Couto “May” conta mulheres entre 25 e 60 anos que vão plantar as sementes dessa nova história. O projeto RefloreSer vai oferecer a 60 delas a chance de remição da pena, com capacitação para uma nova atividade profissional e trabalho remunerado.

Em uma área de aproximadamente 800 metros quadrados, dentro da própria unidade penal, será feito, sob a supervisão da UFMT, o plantio de flores de corte e plantas ornamentais para a comercialização. Metade do valor obtido com a venda das flores será destinada às reeducandas participantes do projeto e a outra metade

será investida em sua manutenção.

“Esse projeto realmente busca, de maneira propositiva, ressignificar a existência da pessoa humana que está lá dentro do sistema penitenciário”, destacou o juiz da Vara de Execuções Penais de Cuiabá, Geraldo Fidelis. Atuando há mais de seis anos na vara, ele assegurou que, diferentemente do que comentam as pessoas, o preso tem sim vontade de trabalhar.

De acordo com o secretário-adjunto de Administração Penitenciária, Emanuel Flores, em 2017, de 817 reeducandos do sistema prisional de Mato Grosso que conseguiram uma vaga de trabalho, apenas 2 casos de reincidência foram registrados.

“Essa parceria traz um resgate para que o poder público, independentemente de ser Judiciário, Legislativo ou Executivo, faça parte da ressocialização. Isso é importante. Quanto mais ressocializarmos as reeducandas, menos problemas temos para a Segurança, trazemos mais tranquilidade para a sociedade e o projeto faz isso”, comentou o secretário de Estado de Segurança Pública, Alexandre Bustamante.

De acordo com o supervisor do Grupo de Monitoramen-

to e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), desembargador Gilberto Giraldelelli, o RefloreSer é o primeiro projeto nessa linha de atuação e se apresenta de maneira bastante salutar, oferecendo às reeducandas a dignidade de trabalhar e contribuir com o sustento de suas famílias e se sentindo útil à sociedade, fazendo parte de um contexto maior de produção.

Um dos principais idealizadores do RefloreSer, o secretário-geral da OAB-MT, Flávio Ferreira, ressaltou o esforço coletivo de todas as entidades envolvidas para que o projeto se tornasse realidade. Desde o ano passado, tem participado da formação da iniciativa, que resultou em uma proposta abrangente, que trata, além da remição de pena, do resgate da autoestima das reeducandas, capacitação e inclusão no mercado de trabalho e o fomento de uma nova atividade econômica na Capital.

Isso porque nos últimos anos o mercado de flores tem se mostrado crescente e promissor e é ainda pouco explorado no Estado. Em 2017, a venda de flores teve um aumento de aproximadamente 15% no país. A média de consumo brasileira é de R\$ 35 por pessoa a cada ano e o estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Floricultura (Ibraflor) aponta Mato Grosso como 12º colocado no ranking dos estados com maior consumo per capita.



Em sua quarta edição, Carnaval Kids é sucesso e reúne mais de 400 pessoas

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) promoveu no dia 1º de março, em Cuiabá, a 4ª edição do Carnaval Kids. O evento reuniu mais de 400 profissionais da advocacia e seus familiares e teve o apoio do Villa Felici Buffet, Colégio Isaac Newton e Rádio Capital.

“Só tenho a agradecer àqueles que confiaram no nosso projeto e compareceram ao Carnaval Kids que a cada edição se supera, sendo um evento de sucesso. Ficamos felizes em proporcionar, mesmo que por um dia, um momento de alegria e confraternização. Para o Sistema OAB Mato Grosso é uma grande satisfação cuidar do maior patrimônio dos colegas advogados que é a sua família”, afirma o presidente da entidade, Itallo Leite.

Estiveram presentes ao Carnaval Kids membros dos conselhos federal e estadual da OAB Mato Grosso e os diretores da CAA/MT: Leonardo Vergani, Clarissa Lopes, Fabrício Pavan, Mara Barros, Adriane Malheiros, Roseni Farinácio e Jamille Alves.



Além de brinquedos como cama elástica e tobogã inflável, os pequenos foliões participaram das várias atividades lúdico-recreativas comandadas pela equipe da Encantar Produções e Eventos. O concurso de fantasias infantis e a oficina de fabricação de slime foram as atividades prediletas da criançada e, também, dos adultos que acompanharam tudo de perto e com muita

animação.

“A Caixa dos Advogados está de parabéns pela realização do carnaval. Este é um momento importante e bacana para confraternizarmos com os colegas e família e trocarmos as mais variadas ideias fora do ambiente do Fórum”, observa o advogado Vilson Nery que participa deste a primeira edição do Carnaval Kids, em 2016. Ele ainda

elogiou a organização do evento.

Outro assíduo participante do Carnaval da CAA/MT desde o começo é Alexandre Nascimento de Souza. O garoto de 12 anos de idade, que veio fantasiado de Bart Simpson, aprovou a festa e já disse estar pensando na fantasia do próximo ano. Ele não adiantou qual será, mas já deu uma dica. “Virei de cosplay”, finaliza.

Mais de 60 crianças participam do Concurso de Fantasias promovido pela CAA/MT

A terceira edição do Concurso de Fantasias foi marcada por muita criatividade. Os pequenos foliões capricharam nos modelitos que iam dos tradicionais heróis às sensações das redes sociais. Mais de 60 crianças participaram do concurso que premiou as três melhores fantasias nas categorias 0 a 6 anos e de 7 a 12 anos de idade. Nilce Maria Gonçalves Duarte, 10 anos, levou o prêmio de 1º lugar em sua categoria. Em meio a personagens de seriados e desenhos, a garota surpreendeu a todos ao aparecer com o corpo e cabelo pintados na cor verde em alusão à ET que faz sucesso no Youtube dançando o hit “Dame tu cosita”.

“Eu sempre tento usar uma fantasia diferente das que todo mundo usa quando participo de

concurso assim. Ano passado, eu me fantasiei de múmia”, revela a menina.

Ela diz que contou com a ajuda da mãe para se caracterizar. Quando perguntada quantas horas levou para ficar pronta, Nilce não sabe precisar ao certo, mas sabe que “levou a tarde inteira”.

A dupla de motoqueiros fantasmas, Pedrita e Moana também tiveram boa votação popular no concurso de fantasias.

O 3º Concurso de Fantasias ocorreu durante a quarta edição do Carnaval Kids CAA/MT realizado na última sexta-feira, dia 1º de março, em Cuiabá. O evento reuniu mais de 400 profissionais da advocacia e seus familiares, em Cuiabá. Foram apoiadores dessa ação a OAB-MT, Villa Felice Buffet, Colégio Isaac Newton e Rádio Capital.



Mulheres que Inspiram

Hoje já somos mais de meio milhão de profissionais em atividade no Brasil. Em Mato Grosso esse número chega a quase 9 mil. A mulher advogada está sempre empenhada, não só pelas prerrogativas da profissão, mas também contra as barreiras de gênero à sua atividade.

Sim, ainda sofremos com isso no exercício da advocacia, principalmente com ambientes hostis, como presídios, delegacias e repartições públicas e privadas. Muitas vezes não recebemos o respeito e a atenção que a profissão exige e merece por direito, mesmo a OAB-MT, por meio da Comissão de Direito da Mulher (CDM), intervir quando necessário.

A campanha “Advogadas que Inspiram” também visa resgatar o respeito por todas as advogadas e mulheres mato-grossenses e pelo direito a condições de vida digna, livre de violência e discriminações. Como profissionais do Direito, defendemos políticas públicas que promovam a igualdade de direitos, o respeito e a segurança das mulheres como um todo.

Os dados de casos de violência contra as mulheres no Brasil são alarmantes. O “Mapa da Violência

Contra a Mulher 2018”, produzido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, demonstra que foram divulgados pela imprensa brasileira mais de 68 mil casos de violência contra a mulher ao longo de 2018. Histórias de mulheres vítimas de estupro, importunação sexual, violência online, violência doméstica e feminicídio.

O documento aponta que a maioria dessas vítimas de violência é agredida pelos seus companheiros ou ex-companheiros, tanto em casa como na rua, e isso acontece o tempo todo. Os dados mostram também que a maioria dos abusadores sexuais, em especial das crianças, guardam laços sanguíneos e afetivos com a vítima, como pais, avós, tios, primos, vizinhos. Pessoas que deveriam resguardar as meninas, mas as submetem a situações de violência e as deixam traumatizadas para o resto da vida.

A maioria das vítimas (83,7%) possui entre 18 e 59 anos, sendo que a margem que mais concentra a idade das vítimas é entre 24 e 36 anos. Números do presente levantamento apontam que 15.925 mulheres foram assassinadas em

situação de violência doméstica.

É preciso mudar essa realidade cruel e nessa luta, nós, advogadas mato-grossenses, temos buscado fazer um trabalho eficiente em defesa dos Direitos da Mulher, pela paz e respeito a todas. Se junte a nós nessa causa e participe da programação estadual “Mulheres que Inspiram 2019”.

Serão várias ações ao longo do mês de março organizadas pela Caixa de Assistência dos Advogados, juntamente com a Comissão de Direito da Mulher, nas diversas subseções da OAB-MT nos municípios. Preparamos mesas redondas, workshops e palestras sobre o combate à violência contra a mulher, além de cafés da manhã, chás da tarde, happy hours, coquetéis, dicas de maquiagem, pedal, entre outras atividades.

Visite o site da CAA/MT (caamt.com.br) e confira a programação completa para este mês. Contamos com a participação de todas.

Clarissa Lopes Dias
Secretária-geral da CAA/MT e membro da Comissão de Direito da Mulher da OAB-MT



“Mulheres que Inspiram” é tema de uma campanha lançada pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MT), para este mês de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher. A campanha é uma homenagem às mulheres advogadas que transformam a Justiça com as suas atitudes.

Itallo Leite é nomeado para FIDA do CFOAB

O presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), Itallo Leite, foi nomeado membro do Conselho Gestor do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (FIDA) para a gestão 2019-2022. Ele será o único presidente de Caixa de Assistência representante da região Centro-Oeste.

“É um grande prazer representar não somente Mato Grosso, mas toda a nossa região. Fiquei muito feliz pelo convite de integrar um conselho tão importante como é o do FIDA. Trabalharei com afinco e dedicação para o engrandecimento do Sistema OAB”, observa Itallo Leite.

A nomeação foi feita pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz, e está contida na Resolução nº 06/2019

de 26 de fevereiro do corrente ano. Ao todo, compõe o Conselho Gestor do Fida 19 advogados,

sendo seis conselheiros federais pela OAB Nacional, cinco presidentes de Seccionais, sete presidentes de Caixas de Assistência e o diretor-tesoureiro do Conselho Federal da OAB Nacional. O presidente será o conselheiro federal do Amapá, Felipe Sarmiento Cordeiro.

Os recursos do FIDA são destinados às despesas administrativas de seu Conselho Gestor, bem como a investimentos e ao desenvolvimento dos serviços prestados pelas CAAs.



Ação homenageia profissionais da advocacia em mídias sociais

A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) promove, durante todo o mês de março, a ação “Mulheres que Inspiram” em suas mídias sociais. Para participar, a advogada ou estagiária inscrita na OAB-MT deverá gravar um pequeno vídeo com seu celular contando porque outra mulher advogada ou estagiária a inspira tanto pessoal como profissionalmente.

De acordo com a vice-presidente da CAA/MT, Xênia Artmann Guerra, a ideia é valorizar as profissionais do Direito. “Essa ação nas redes sociais vem ao encontro da campanha estadual da Caixa dos Advogados para esta edição do Março Sempre Mulher em que trataremos três histórias de mulheres de destaque na advocacia regional. Contudo, sabemos que temos outras grandes histórias de superação, de vitória nos quatro cantos de Mato

Grosso. Então, queremos dar espaço para conhecermos outras belas histórias”.

Para ter seu vídeo mostrado no perfil do Instagram da CAA/MT, a profissional da advocacia deverá gravar um vídeo com até 15 segundos, na posição vertical, marcando o perfil @caamt1 e colocando a #mulheresqueinspiram na sua publicação. Feito isso, é preciso enviar o vídeo para seu próprio stories do Instagram. Importante que o perfil da participante não esteja em modo privado.

Aquelas que desejarem ter sua homenagem publicada também no feed é preciso encaminhar o vídeo para a CAA/MT no número (65) 9 9976-0146 com nome completo e número de inscrição na OAB-MT. Todos os materiais recebidos serão divulgados ao longo do mês de março no Instagram da entidade (@caamt1).

Presidente do TDP de MT assume Secretaria da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas

Com um trabalho que se tornou referência nacional, o Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP) da OAB-MT teve seu presidente, André Stumpf, nomeado para o cargo de secretário da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valoriza-

ção da Advocacia.

Considerada uma das principais bandeiras da OAB-MT, a defesa das prerrogativas da advocacia motivou atos de desagravo público em diversos municípios, reconhecendo as demandas e peculiaridades pelas quais os pro-

fissionais passam nas diferentes regiões do Estado e fez com que fosse promovida uma série de medidas junto às autoridades competentes para assegurar os direitos da advocacia e da sociedade.

Somente no ano passado, foram instaurados e julgados mais de 100

processos no TDP. Já em 2019, nesta semana, o TDP deliberou uma extensa pauta junto à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos para assegurar o cumprimento das garantias profissionais e otimizar o atendimento à advocacia.



Membros da OAB orientam sobre divórcio e alimentos no Ribeirinho Cidadão

As temáticas divórcio e pensão alimentícia foram abordadas nas orientações jurídicas prestadas pelos membros da OAB-MT que integram a expedição Ribeirinho Cidadão 2019 no dia 4 de fevereiro. As comissões de Infância e Juventude, de Responsabilidade Social e Cultura e Direito Previdenciário estiveram presentes na ação, que aconteceu no município de Santo Antônio de Leverger.

“Nossa atuação é de respaldo à Defensoria Pública para prestar orientação jurídica”, reforçou a presidente da Comissão de Infância e Juventude da Ordem, Tatiane de Barros Ramalho, que representou o presidente da entidade, Leonardo Campos, na solenidade de abertura.

A ação, realizada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) em parceria com a Defensoria Pública do Estado, com o propósito de levar a prestação jurisdicional às famílias que vivem em comunidades ribeirinhas da Baixada Cuiabana, além de outros serviços sociais dos quais carecem. Diversos outros órgãos bem como en-

tidades juntam-se na expedição todos os anos. Esta é a primeira vez que a OAB-MT integra o grupo.

“Na solenidade de abertura, pude ressaltar a importância do projeto para o cidadão ribeirinho, para as pessoas que não têm acesso à Justiça e dependem desse projeto. Ficam o ano inteiro esperando o projeto chegar à cidade. A OAB-MT parabeniza os idealizadores deste evento e quer estar presente para prestar o serviço jurídico às famílias carentes. Nossa tenda está à disposição”, acrescentou Tatiane Ramalho.

De acordo com o TJMT, o Ribeirinho Cidadão é dividido em duas etapas: a fluvial, que começou em Santo Antônio e seguiu até o dia 14 de fevereiro percorrendo 36 localidades, e a etapa terrestre, que seria de 17 a 25 de fevereiro passando por outras 10 comunidades.

A população de Barão de Melgaço, Santo Antônio de Leverger e Poconé teria um “Dia D” do Projeto Ribeirinho Cidadão. O objetivo é reforçar os atendimentos em terra e agregar valor à iniciativa.

OAB-MT reúne-se com AGER e entidades de defesa do idoso por 50% da passagem intermunicipal

Uma das bandeiras da Comissão de Direito do Idoso da OAB-MT está próxima a se tornar uma prática no Estado, o pagamento de passagem de ônibus intermunicipal com 50% de desconto para todos os idosos que recebem até dois salários mínimos. O presidente da Comissão, Isandir Rezende, reuniu-se com o presidente da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos (AGER-MT), Fábio Calmon, para tratar da aplicação da norma.

Ao longo da reunião, do qual participaram também representantes do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Cededipi-MT) e do Sindicato Estadual dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mato Grosso (SINDAPI-MT), foram discutidos meios que permitam a construção de um termo de cooperação para que se cumpra o estabelecido. A norma foi

inserida no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei 8.823/2008.

Isandir Rezende contou que a Comissão da OAB-MT se fez presente em 21 municípios participando de audiências públicas para discutir a aprovação do projeto de lei que garantia a conquista à pessoa idosa do Estado. Embora tenha sido vetado pelo governo do Estado, a Assembleia Legislativa derrubou o veto e aprovou a inclusão do benefício na lei que regulamenta o Estatuto do Idoso em Mato Grosso.

“É uma das nossas lutas durante esse período e a conquista deste momento será uma realização para todo idoso”, comentou o presidente da Comissão da OAB-MT.

Conforme a lei, o idoso terá direito de pagar 50% do valor do bilhete em viagens intermunicipais terrestres, caso as duas vagas da gratuidade para ele já estejam ocupadas.



Informe OAB

OAB-MT tem transfer gratuito entre sede e o TJ

A OAB-MT passou a disponibilizar mais um benefício gratuito para facilitar o exercício profissional da advocacia do Estado. Trata-se do Transfer OAB-TJ-OAB, um serviço de transporte que leva advogados e advogadas de van ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso, e vice e versa, em intervalos de 30 minutos, a partir das 8 horas. As viagens acontecem até o final da tarde, com a última saída às 17h30. No horário do almoço há um intervalo, com a última viagem da manhã partindo às 11h30, da OAB-MT, e a próxima, reiniciando às 13 horas em direção ao Tribunal.



TRANSFER OAB-TJ

MAIS UM BENEFÍCIO PARA A ADVOCACIA

Pleito da OAB, Conselho da Juventude é realidade em Cuiabá

Entrou em vigor em fevereiro o Conselho Municipal da Juventude (Conjuve). A Lei 6.351/2019 foi sancionada pelo prefeito Emanuel Pinheiro e é fruto de uma proposta da OAB-MT. Em agosto do ano passado, membros da Comissão da Jovem Advocacia (Cojad) da OAB-MT entregaram ao então prefeito em exercício, o vice-prefeito Niuian Ribeiro, o requerimento para a criação do conselho. Composto por 20 membros titulares e seus respectivos suplentes, o Conjuve tem o objetivo de propor e criar diretrizes para ação governamental voltada à promoção de políticas públicas destinadas ao público jovem.

Conselheiro federal de MT é designado para a Corregedoria Nacional de Processos Disciplinares

O conselheiro federal pela OAB-MT José Carlos de Oliveira Guimarães Júnior foi designado para exercer a função de corregedor-adjunto na Corregedoria-Geral do Processo Disciplinar da OAB. Cabe aos corregedores, entre outras atribuições, a realização de correções para orientar a tramitação de processos disciplinares instaurados contra profissionais da advocacia acusados de cometerem irregularidades, bem como o acompanhamento desses procedimentos.

Fórum da Capital adere ao plantão eletrônico pelo PJe

Desde o dia 8 de fevereiro, as varas com competência cível da Comarca de Cuiabá passaram a utilizar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) nos plantões semanais, de fins de semanas e feriados. O plantão eletrônico atende, inicialmente, 26 unidades: Varas Cíveis, Especializadas da Fazenda Pública, Especializadas de Família e Sucessões, Especializadas em Direito Bancário e Juizados Especiais. Os magistrados de Cuiabá, durante os plantões, por meio do PJe, também passam a atender a Vara Única da Comarca de Santo Antônio de Leverger e as duas Varas Cíveis da Comarca de Chapada dos Guimarães.

Engraxate oferece desconto para advocacia

Um parceiro silencioso do público que frequenta a OAB-MT, presente na sede da entidade em todas as reuniões realizadas, está oferecendo um desconto de seus serviços à advocacia. Trata-se do engraxate Júnior Ferreira Paes, que está fazendo um preço diferenciado aos clientes da área. Ele passa a cobrar R\$ 15 pelo lustre simples dos sapatos de advogados e advogadas e R\$ 25 pelo serviço feito com verniz. Os valores são R\$ 5 mais em conta do que o praticado para o público em geral. Também oferece uma engraxada com verniz gratuita para aqueles que fizerem 10 lustres. Os interessados podem entrar em contato com ele pelos telefones 99323-8096/99604-5230.

Em Destaque



O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, foi escolhido para ser o coordenador-adjunto do Colégio de Presidentes Seccionais da OAB. Na foto, posa com o presidente Nacional da OAB, Felipe Santa Cruz, e com o coordenador do Colégio, Paulo Maia



Alunos da Escola Municipal Ulisses Guimarães receberam kits escolares arrecadados a partir de uma força-tarefa da Comissão de Infância e Juventude da OAB-MT junto e da TV Cidade Verde para mobilizar doações entre a advocacia e outras áreas da sociedade



Reunião entre a advocacia e a magistratura em Chapada dos Guimarães, realizada em fevereiro



Conselheiro estadual da OAB-MT e escritor, Ronaldo Bezerra dos Santos lançou sua segunda obra "Criminologia: teorias clássica, moderna e contemporânea" durante a primeira sessão do Conselho Pleno do ano



Defender a sociedade foi a mensagem principal deixada aos novos advogados e advogadas que receberam as carteiras da OAB-MT na primeira solenidade de 2019, deixada pelo presidente Leonardo Campos